

DESPACHO

Recebemos os presentes conforme laudas que antecedem este despacho. Processo devidamente instruído com Memorando nº 022/2025-GEPEQ/COSAMA (fls. 1/3), Termo de Referência nº 002/2025 – GEPEQ/DIOP/COSAMA (fls. 31/44), Nota Técnica nº 04/2025-GEPEQ/DIOP/COSAMA (fls. 04/05), Pedido de Compra de Material nº 10038 (fls. 06), propostas apresentadas por empresas atuantes no mercado e Mapa de Preços cotados.

Trata o presente processo de **aquisição emergencial de dicloroisocianurato, para atender às necessidades da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**, conforme informações e demais especificações constantes do Processo nº 01.05.043501.000183/2025-96.

Conforme esclarecido nos autos, a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) é responsável pelo abastecimento de água em 15 (quinze) municípios do Estado do Amazonas, além de prestar apoio a comunidades da região, busca assegurar o atendimento pleno aos padrões de potabilidade da água exigidos pela legislação específica, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, e pelo Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005.

A presente aquisição é imprescindível para o processo de tratamento da água nas Unidades Operacionais da COSAMA, sendo eles elementos indispensáveis na etapa final de desinfecção, garantindo a eliminação de microrganismos patogênicos e, conseqüentemente, a proteção da saúde pública. Esses produtos químicos são fundamentais para assegurar o controle de qualidade e o monitoramento da água produzida e distribuída à população.

A área técnica demandante esclarece que a severa estiagem ocorrida no ano de 2024 comprometeu o abastecimento de água, resultando no aumento da concentração de poluentes e no consumo de produtos químicos para tratamento, levando os estoques nos municípios mais afetados, como Juruá, Codajás, Nhamundá e Nova Olinda, a níveis críticos, com **estoques de insumos com autonomia apenas até o dia 23/02/2025**.



Assim, a contratação EMERGENCIAL justifica-se pela **insuficiência dos estoques atuais**, que não atenderão à demanda até a conclusão do certame licitatório em curso, Processo nº 01.05.043501.006846/2024-03, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2025, cuja abertura das propostas ocorreu em 22/01/2025. O referido processo, encontra-se em andamento, com trâmites pendentes para manifestação e análise técnica pela área demandante, bem como para a realização da prova de conceito e a análise dos documentos de habilitação solicitado pelas empresas participantes dos Lotes 01 e 02. Tais etapas são necessárias devido à complexidade técnica envolvida na elaboração e na avaliação do certame.

Dessa forma, a aquisição emergencial ora solicitada visa mitigar os impactos da estiagem e assegurar a continuidade do tratamento e da distribuição de água com qualidade para consumo humano, até a conclusão do Pregão Eletrônico nº 002/2025. A área técnica ressalta que os quantitativos requeridos contemplam exclusivamente as necessidades emergenciais e imediatas, sendo que o quantitativo total necessário será atendido pelo certame em andamento.

Por fim, cumpre enfatizar que a interrupção no fornecimento de insumos essenciais comprometeria os serviços de tratamento de água, considerados essenciais e de interesse público, configurando grave risco à saúde da população e ao cumprimento das obrigações legais da COSAMA. Assim, a presente contratação emergencial revela-se imperativa para garantir a continuidade dos serviços e a segurança hídrica nas áreas atendidas.

Logo, diante das justificativas trazidas ao processo, esta Comissão observa que a contratação solicitada é **URGENTE E IMEDIATA**, haja vista que é de extrema urgência a aquisição de dicloroisocianurato, a fim de atender aos padrões de potabilidade da água exigidos pela legislação específica, conforme justificado em Nota Técnica nº 04/2025-GEPEQ/DIOP/COSAMA nos autos às fls. 04/05.

Diante dos fatos, esclarecemos que o serviço de Abastecimento de Água é considerado ESSENCIAL – conforme disposto no Art. 10 e Art. 11, ambos da Lei 7.783/89, que assim prevê:

(Art. 10). São considerados serviços ou atividades essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água (...)

(Art. 11). Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os



empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único: São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Posto isso, é sabido que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos de Dispensa e de Inexigibilidade previstos nos Artigos 29 e 30 da Lei Federal Nº 13.303/2016.

A licitação poderá então ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

Nesse sentido, destacamos que cabe no caso em tela o disposto no inciso XV do Art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016):

*(Art. 29) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:
(...)*

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no §2º.

No mesmo sentido assim dispõem o Regulamento Interno de Licitações e Contratos dessa Companhia, seu artigo 118, inciso I, e artigo 123, inciso XIV:

(Art. 118): O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique



a dispensa, quando for o caso;

(Art. 123): É dispensável a realização de licitação, nos seguintes casos:

(...)

XIV – Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Dessa maneira, cabe destacar que, segundo o Mapa Comparativo de Preços às fls. 66/71, a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa, eficiente e com menor preço de acordo com o prazo estabelecido no Termo de Referência foi a **SANIGRAN LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **15.153.524/0001-90**, cuja proposta atende aos critérios descritos no Termo de Referência.

Adicionalmente, conforme atestado pela área técnica demandante (fl. 78/79), a referida empresa atende todos os requisitos exigidos no Termo de Referência (fls. 52/65), bem como apresenta condições de pagamento diferenciadas, em parcelas de 30/60/90 dias para a aquisição emergencial de dicloroisocianurato, no valor global de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), evidenciando a vantajosidade da contratação.

Assim, observadas as formalidades legais e, considerando-se as propostas apresentadas cuja proposta de menor preço com entrega mais vantajosa é de **R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)**, de acordo com a proposta apresentada no presente processo e Mapa de Comparativo de Preços, esta Comissão entende que não há impedimento legal e administrativo para a CONTRATAÇÃO DIRETA EMERGENCIAL, fundamentada no inciso XV do Art. 29 da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais e artigos 118, I, e 123, XIV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC.

Diante do acima exposto, em razão da **URGÊNCIA** dos autos e, em observância



ao interesse da Administração com arrimo no princípio da vantajosidade, economicidade, celeridade, razoabilidade e eficiência, esta Comissão entende que a contratação em questão poderá ser realizada por meio da empresa **SANIGRAN LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 15.153.524/0001-90**, pelo valor de **R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)**, a qual é atuante do mercado atual e que apresentou a proposta de menor valor com execução imediata, nos termos acima mencionados, e está apta para contratação conforme certidões de habilitação que ora se anexam.

Manaus, 27 de janeiro de 2025.

PALLOMA CARDOSO DA SILVA

Membro da CPL

TAMMY TELLES LIMA DA SILVA

Presidente da CPL

